

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2015.
(Do Sr. JOSÉ NUNES e outros)

Altera o art. 195, da Constituição Federal, para determinar a entrega de parte do produto da arrecadação das contribuições sociais aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 195 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 195.
.....

§ 14. *A União entregará do produto da arrecadação das contribuições de trata as alíneas 'b' e 'c' do inciso I e o inciso IV do caput deste artigo, bem como das instituídas com base no §4º, quinze por cento na seguinte forma:*

a) *sete inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;*

b) *sete inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.*

§ 15. *Os recursos entregues nos termos do § 14 serão aplicados exclusivamente em ações de saúde ou de assistência social."* (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a proporção das receitas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na arrecadação federal elevou-se de 27,8% para 30,9%, entre 2000 e 2012.

Essa é uma das facetas da conhecida estratégia da União de privilegiar a arrecadação de tributos que não sejam partilhados com Estados, Distrito Federal e Municípios. Tal comportamento faz com que o produto da arrecadação das contribuições não seja partilhado com os demais entes e fique integralmente no âmbito federal.

De fato, o Governo Central não se sente estimulado a vocacionar seus esforços na coleta do Imposto de Renda (IR), de cuja arrecadação são repassados 48% para os demais entes federativos, e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), em que esse percentual é elevado para 58%.

Veja que as normativas tributárias mais recentes intensificam, por exemplo, a arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), deixando para conceder isenções ou benefícios fiscais no recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de forma compensatória, o que acarreta prejuízo evidente às transferências constitucionais para estados e municípios.

A presente Proposta de Emenda à Constituição (PEC) busca repor essa perda dos Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecendo a entrega de parte da arrecadação das citadas contribuições a esses entes federativos, com a determinação de que o emprego dos recursos seja exclusivamente em ações de saúde e assistência social.

Com isso, estaremos fortalecendo a Federação, descentralizando ações nessas importantes áreas e restabelecendo a justa partilha do bolo tributário, pelo que contamos com o apoio dos nobres Pares nesta iniciativa.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado **JOSÉ NUNES**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº _____, DE 2015

(Do Sr. Deputado José Nunes e outros)

Altera o art. 195, da Constituição Federal, para determinar a entrega de parte do produto da arrecadação das contribuições sociais aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

[illegible]

